

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.089 - MG (2019/0045106-9)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **EMPABRA EMPRESA DE MINERACAO PAU BRANCO S/A**
ADVOGADOS : **ANDRÉ MARTINS MAGALHÃES - MG104186**
LEONARDO DE ABREU BIRCHAL - MG107140
LETÍCIA MORAES SEDER SOUZA AMARAL - MG112811
FERNANDA ALVIM RIBEIRO DE OLIVEIRA - MG100914
LEONARDO CANABRAVA TURRA - MG057887N
MARIA CECILIA DE OLIVEIRA REIS E ALVES - MG169167
PAULA CARNEIRO COSTA BAX DE BARROS - MG172626
IONE LEWICKI CUNHA MELLO - MG176044
RECORRIDO : **JUAREZ DE OLIVEIRA RABELLO**
RECORRIDO : **JOAO HENRIQUE PEREIRA**
ADVOGADOS : **JOSÉ ANCHIETA DA SILVA - MG023405**
MARIA FERNANDA DE OLIVEIRA LARCIPRETE -
MG114089
INTERES. : **GREEN METALS SOLUCOES AMBIENTAIS S.A**
INTERES. : **PHOENIX MINERACAO E COMERCIO LTDA**
INTERES. : **LUCAS PRADO KALLAS**
INTERES. : **RACHEL MARINHO DE OLIVEIRA KALLAS**
INTERES. : **LUIS FERNANDO FRANCESCHINI DA ROSA**
INTERES. : **MARCIA CRISTINA ZIMMER**
INTERES. : **B.L.T. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI**
ADVOGADOS : **AUGUSTO TOLENTINO PACHECO DE MEDEIROS -**
MG050741
CLAUDIA FERRAZ DE MOURA - MG082242
GUILHERME DE CARVALHO DOVAL - MG102228
DANIEL FREITAS DRUMOND BENTO - MG154885

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ARBITRAGEM. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA. MULTA. INTUITO PROTETÓRIO. AUSÊNCIA. ALCANCE DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA. COMPLEXA REDE CONTRATUAL E DE EMPRESAS. EXPLORAÇÃO DA MINA CORUMI. NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO DA PESAGEM DO MINÉRIO. CONSENSUALIDADE DA ARBITRAGEM. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. RESTRITA MARGEM DE INTERPRETAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. RESULTADO ÚTIL DA DECISÃO ARBITRAL.

1. Agravo de instrumento interposto em 28/08/2017. Recurso especial interposto em 09/07/2018 e concluso ao gabinete em: 28/02/2019.

Superior Tribunal de Justiça

2. Ante a ausência de omissão, contradição e erro material, não há violação ao art. 1.022 do CPC/2015.
3. O fato de o Tribunal de origem ter afastado os argumentos da recorrente não significa, necessariamente, que há intuito protelatório por parte da recorrente. Na hipótese, a recorrente apontou diversas questões relevantes e que exigiu do Tribunal de origem uma longa explicação para afastar a presença dos supostos vícios.
4. Como afirmado no julgamento do REsp 1.277.725/AM (Terceira Turma, DJe 18/03/2013), “admite-se a convivência harmônica das duas jurisdições - arbitral e estatal -, desde que respeitadas as competências correspondentes, que ostentam natureza absoluta”. Portanto, é aceitável a convivência de decisões arbitrais e judiciais, quando elas não se contradizerem e tiverem a finalidade de preservar a efetividade de futura decisão arbitral.
5. A determinação de cumprimento de cartas arbitrais pelo Poder Judiciário não constitui uma atividade meramente mecânica. Por mais restrita que seja, o Poder Judiciário possui uma reduzida margem de interpretação para fazer cumprir as decisões legalmente exaradas por cortes arbitrais.
6. Na hipótese, não é o fato de supostamente a recorrente pertencer ao mesmo grupo econômico das empresas interessadas que pode fundamentar a ordem judicial, mas sim o próprio poder investido ao Poder Judiciário de conferir coercibilidade às decisões arbitrais, a fim de garantir-lhes seu futuro resultado útil aos participantes daquele procedimento.
7. Recurso especial conhecido e parcialmente provido somente para afastar a aplicação da multa prevista no art. 1026, § 2º, do CPC/2015.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas constantes dos autos Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Moura Ribeiro,, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso especial nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de agosto de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

